



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - Reuniões de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA EM 23/9/2014

Presidência do Deputado Vanderlei Miranda

Sumário: Comparecimento - Falta de Quórum - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e as deputadas:

André Quintão - Célio Moreira - Duarte Bechir - Jayro Lessa - João Leite - Liza Prado - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Rômulo Veneroso - Sargento Rodrigues - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Wander Borges.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Vanderlei Miranda) - Às 14h10min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 24, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.).

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL INDICAÇÕES NºS 84 A 95/2014, PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, EM 3/6/2014

Às 14h6min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Maria Tereza Lara e Rosângela Reis e o deputado Duarte Bechir, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Maria Tereza Lara, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a proceder à arguição pública das Sras. Lina Kátia Mesquita de Oliveira e Keyla Mayumi Ferreira Matsumura de Melo e do Sr. Luciano de Assis Fagundes, indicados para compor o Conselho Estadual de Educação, apreciar os pareceres das indicações e a deliberar sobre proposições da Comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os indicados e para suas arguições públicas, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: Indicações nsº 85, 89 e 90/2014 (relatora: deputada Rosângela Reis). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de setembro de 2014.

Maria Tereza Lara, presidente - Rosângela Reis.

ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/9/2014

Às 9h13min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Leite, Sargento Rodrigues e Sebastião Costa, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da



aprovação de requerimento do deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 8.777/2014. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.638/2014, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para que seja disponibilizada nova viatura, modelo veículo traçado 4x4, para o destacamento policial de Carrancas, uma vez que o município possui extensão de 774km² e que o veículo existente apresenta problemas técnicos, o que prejudica o patrulhamento rural na localidade;

nº 10.639/2014, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja convocado para prestar esclarecimentos a esta comissão o delegado de polícia Vinícius da Costa Miguel, que publicou na rede social Facebook declarações ofensivas a parlamentar membro desta Casa;

nº 10.640/2014, do deputado Sargento Rodrigues, do deputado João Leite e do deputado Sebastião Costa, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater questões referentes à política criminal e à execução penal no Estado;

nº 10.641/2014, do deputado João Leite, do deputado Sargento Rodrigues e do deputado Sebastião Costa, em que solicitam seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil pedido de providências para a criação do plantão regionalizado no Município de Oliveira, para melhor atendimento da região;

nº 10.642/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a precariedade do prédio da cadeia pública do Município de Guarani, tanto pelo aspecto da grande quantidade de presos ali recolhidos, inclusive presos de alta periculosidade, quanto pelo aspecto do prédio não possuir condições adequadas que garantam a segurança dos policiais civis, dos militares e dos agentes penitenciários que nele trabalham;

É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº 10.643/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 4.170/2013, que altera a Lei nº 18.185, de 2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37 da Constituição da República.

É dado por prejudicado o Requerimento nº 10.644/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Planejamento e Gestão e à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para a manutenção do cronograma de nomeações do Concurso para Agente de Segurança Penitenciário Seplag/Seds nº 3/2012.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de setembro de 2014.

João Leite, presidente - Sargento Rodrigues.

ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 17/9/2014

Às 9h30min, comparece no Sítio FootBar Club, em Belo Oriente, o deputado Durval Ângelo, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita. A presidência informa que a reunião se destina a debater possíveis violações de direitos humanos provocadas pelo intenso tráfego de carretas na Rodovia MG-758, que cruza as comunidades Esperança e Eleotério no Município de Belo Oriente. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Humberto Lopes de Assis, advogado e ex-prefeito de Belo Oriente; Ten. QOR PM José Inácio do Carmo, liderança comunitária em Belo Oriente; José Fábio da Silva, ex-presidente da Associação dos Moradores de Esperança; José Pires de Araújo e Alex de Melo Estevão, vereadores da Câmara Municipal de Belo Oriente; José Coelho dos Reis, ex-vereador dessa casa legislativa; e Nereu Nunes Pereira, ex-prefeito de Periquito, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de setembro de 2014.

Durval Ângelo, presidente.

ATA DA 43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 23/9/2014

Às 16h10min, comparece na Associação de Proteção aos Condenados – Apac – do Município de Viçosa, o deputado Durval Ângelo, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a conhecer os trabalhos de ressocialização dos recuperandos da Apac de Viçosa e ouvir demandas do sistema prisional da região. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Sandra Gomes Canuto, presidente da Apac de Viçosa; Sueli dos Santos Carvalho, secretária de Governo; e Brenda Santunioni, chefe do Departamento de Turismo da Prefeitura Municipal de Viçosa; e os Srs. Paulinho Brasília, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Viçosa, representando o Sr. Luís Eduardo Figueiredo Salgado, presidente dessa Casa Legislativa; Gabriel Pereira de Mendonça, promotor de justiça diretor da



Secretaria das Promotorias de Justiça da Comarca de Viçosa; Gustavo Souza Franco, promotor de justiça da Comarca de Viçosa; Horácio Wanderley Tostes, defensor público, representará Glauco Rodrigues de Paiva, defensor público e diretor da Defensoria Pública de Minas Gerais da Comarca de Viçosa; Valdeci Antônio Ferreira, diretor executivo da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados de Itaúna; Sávio José do Carmo Silva e Alexandre Valente Araújo, vereadores da Câmara Municipal de Viçosa, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de setembro de 2014.

Durval Ângelo, presidente.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 63ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 25/9/2014

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 142, que altera a Lei Complementar nº 59, de 18 de janeiro de 2001, que trata da organização e da divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotou-se o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado relator em Plenário, o deputado Rômulo Viegas opina pela manutenção do veto.

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 143, que altera a Lei Complementar nº 34, de 12 de setembro de 1994, que dispõe sobre a organização do Ministério Público do Estado e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotou-se o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado relator em Plenário, o deputado Zé Maia opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.287, que altera os limites da Estação Ecológica Estadual de Aredes, no Município de Itabirito. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.289, que fixa o percentual da revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Tribunal de Contas do Estado referente ao ano de 2013. (Faixa constitucional.) Esgotou-se o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.295, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carlos Chagas o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) Esgotou-se o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.306, que assegura ao aluno matriculado em estabelecimento de ensino de educação básica vinculado ao Sistema Estadual de Educação o direito de observar o período de guarda religiosa. (Faixa constitucional.) Esgotou-se o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.336, que acrescenta dispositivo à Lei nº 13.408, de 21 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a denominação de estabelecimento, instituição e próprio público do Estado. (Faixa constitucional.) Esgotou-se o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.337, que acrescenta dispositivos à Lei nº 18.031, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos, com o objetivo de proibir a utilização da tecnologia de incineração nos casos que especifica. (Faixa constitucional.) Esgotou-se o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.352, que concede prazo ao donatário do imóvel de que trata a Lei nº 19.451, de 11 de janeiro de 2011, que autoriza o Instituto Estadual de Florestas - IEF - a doar ao Município de Pará de Minas o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) Esgotou-se o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 47/2013, dos deputados Jayro Lessa, Sargento Rodrigues e outros, que altera o inciso II do § 3º do art. 53 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno.



Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57/2013, do deputado Anselmo José Domingos e outros, que acrescenta inciso ao art. 64 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.272/2014, do governador do Estado, que altera a Lei nº 15.910, de 21 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - Fhidro -, criado pela Lei nº 13.194, de 29 de janeiro de 1999, e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição do Substitutivo nº 1.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.327/2014, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e do Fundo Especial do Poder Judiciário. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.348/2014, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 427/2011, do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a fiscalização da venda de ingressos de eventos artísticos, culturais e desportivos por cambista no âmbito do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 873/2011, do deputado Inácio Franco, que dispõe sobre a integração de considerações ambientais nas licitações e nos contratos públicos do Estado de Minas Gerais a serem observadas pelos órgãos da administração direta, autarquias, inclusive as de regime especial, fundações públicas, fundos especiais não personificados, pelo seu gestor, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado, controladas direta ou indiretamente pelo Estado de Minas Gerais, prestadoras de serviço público e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.710/2011, do deputado Doutor Wilson Batista, que institui, no âmbito dos hospitais da rede pública de saúde do Estado, o Programa de Cirurgia Plástica Reconstructiva da Mama. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 5.165/2014, do Procurador-Geral de Justiça, que fixa o percentual, relativo ao ano de 2014, para a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.078/2012, do governador do Estado, que dispõe sobre a gestão unificada da função pública de interesse comum de uso do solo metropolitano no Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Assuntos Municipais, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.170/2013, do deputado Sargento Rodrigues, que altera a Lei nº 18.185, de 4 de junho de 2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.672/2013, do Tribunal de Contas, que altera a Lei nº 19.572/2011, que dispõe sobre a estrutura de cargos de direção, chefia e assessoramento do Tribunal de Contas dos Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 25/9/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 25/9/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da comissão.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER SOBRE A INDICAÇÃO Nº 84/2014**Comissão Especial
Relatório**

Por meio da Mensagem nº 603/2014, publicada em 6/2/2014 no *Diário do Legislativo*, o governador do Estado enviou a esta Casa para exame, nos termos do art. 62, XXIII, "b", da Constituição do Estado, a indicação da Sra. Suely Duque Rodarte para integrar o Conselho Estadual de Educação.

Esta comissão especial foi constituída para emitir parecer sobre a matéria, nos termos da alínea "c" do inciso I do art. 111, combinado com os incisos I e II do § 1º do art. 146, do Regimento Interno.

De acordo com o *curriculum vitae* apresentado, verifica-se que, além das qualificações acadêmicas requeridas, a candidata tem uma vasta experiência nas áreas afetas à administração e gestão educacionais e já cumpriu um mandato como conselheira, o que confere a ela todas as condições favoráveis à recondução à função.

Ouvida em arguição pública por esta comissão, a indicada demonstrou que está apta a exercer a função de membro da Câmara de Ensino Fundamental.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos favoravelmente à Indicação nº 84/2014, que sugere a Sra. Suely Duque Rodarte para integrar o Conselho Estadual de Educação.

Sala das Comissões, 24 de setembro de 2014.

Maria Tereza Lara, presidente - Rosângela Reis, relatora - João Leite.

PARECER SOBRE A INDICAÇÃO Nº 86/2014**Comissão Especial
Relatório**

Por meio da Mensagem nº 603/2014, publicada no *Diário do Legislativo* de 6/2/2014, o governador do Estado encaminhou a esta Casa Legislativa, em observância ao que determina o art. 62, XXIII, "b", da Constituição do Estado, a indicação da Sra. Maria Beatriz Ribeiro de Oliveira Gonçalves para a Câmara de Ensino Fundamental do Conselho Estadual de Educação.

Constituída a comissão especial, procedeu-se à arguição da indicada, que demonstrou segurança e conhecimento ao responder às questões elaboradas pelos parlamentares. Compete agora a esta comissão, nos termos do art. 111, I, "c", combinado com o § 1º do art. 146 do Regimento Interno, emitir parecer sobre a matéria.

Além do desempenho demonstrado na sabatina, as experiências profissional e acadêmica da indicada a credenciam a ocupar o cargo de conselheira na Câmara de Ensino Fundamental do Conselho Estadual de Educação.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação da Indicação nº86/2014, que sugere o nome da Sra. Maria Beatriz Ribeiro de Oliveira Gonçalves para o cargo de Conselheira na Câmara de Ensino Fundamental do Conselho Estadual de Educação.

Sala das Comissões, 24 de setembro de 2014.

Maria Tereza Lara, presidente - Rosângela Reis, relatora - João Leite.

PARECER SOBRE A INDICAÇÃO Nº 88/2014**Comissão Especial
Relatório**

Por meio da Mensagem nº 603/2014, publicada em 6/2/2014 no *Diário do Legislativo*, o governador do Estado enviou a esta Casa para exame, nos termos do art. 62, XXIII, "b", da Constituição do Estado, a indicação do Sr. Mário Jorge Dias Carneiro para integrar o Conselho Estadual de Educação.

Esta comissão especial foi constituída para emitir parecer sobre a matéria, nos termos da alínea "c" do inciso I do art. 111, combinado com os incisos I e II do § 1º do art. 146, do Regimento Interno.

No *curriculum vitae* apresentado pelo candidato, constata-se grande erudição e diversificada formação, o que comprova sua capacidade para desempenhar com eficiência as elevadas competências atribuídas ao cargo de conselheiro.

Ouvido em arguição pública por esta comissão, o indicado demonstrou amplo conhecimento para exercer a função de membro da Câmara de Ensino Fundamental, respondendo com clareza e objetividade às questões que lhe foram formuladas, o que nos leva a considerar acertada a indicação de seu nome.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos favoravelmente à Indicação nº 88/2014, que sugere o Sr. Mário Jorge Dias Carneiro para integrar o Conselho Estadual de Educação.

Sala das Comissões, 24 de setembro de 2014.

Maria Tereza Lara, presidente - Rosângela Reis, relatora - João Leite.

**PARECER SOBRE A INDICAÇÃO Nº 92/2014****Comissão Especial****Relatório**

Por meio da Mensagem nº 603/2014, publicada em 6/2/2014 no *Diário do Legislativo*, o governador do Estado submeteu a esta Casa Legislativa, em cumprimento à alínea “b” do inciso XXIII do art. 62 da Constituição do Estado, o nome do Sr. Sebastião Antônio dos Reis e Silva para compor a Câmara de Ensino Médio do Conselho Estadual de Educação. Cabe ressaltar que se trata de recondução ao Conselho, desta vez por indicação de livre escolha do governador do Estado, nos termos do inciso I, do art. 3º da Lei Delegada nº 31, de 28/8/1985.

Compete-nos emitir parecer sobre a matéria, após arguição do candidato por esta comissão especial, nos termos do art. 111, inciso I, alínea “c”, combinado com o art. 146, § 1º, do Regimento Interno.

O currículo enviado pelo professor confirma sua alta qualificação para desempenhar as funções inerentes ao cargo que pretende assumir. Na arguição a que foi submetido, demonstrou conhecimento, segurança e clareza suficientes para integrar com brilhantismo o Conselho Estadual de Educação.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos favoravelmente à Indicação nº 92/2014, que sugere o nome de Sebastião Antônio dos Reis e Silva para compor a Câmara de Ensino Médio do Conselho Estadual de Educação.

Sala das Comissões, 24 de setembro de 2014.

Maria Tereza Lara, presidente - Rosângela Reis, relatora - João Leite.

Parecer SOBRE A Indicação Nº 95/2014

Comissão Especial**Relatório**

Por meio da Mensagem nº 603/2014, publicada no *Diário do Legislativo* de 6/2/2014, o governador do Estado encaminhou a esta Casa Legislativa, em observância ao que determina o art. 62, XXIII, “b”, da Constituição do Estado, a indicação da Sra. Lana Mara de Castro Siman para a Câmara de Ensino Superior do Conselho Estadual de Educação.

Constituída, essa comissão procedeu à arguição da indicada, que respondeu adequadamente às questões elaboradas pelos parlamentares. Compete agora à comissão, nos termos do art. 111, I, “c”, combinado com o § 1º do art. 146 do Regimento Interno, emitir parecer sobre a matéria.

A vasta experiência profissional da indicada e sua atuação nas áreas acadêmica e de pesquisa a credenciam indubitavelmente a ocupar o cargo de Conselheira na Câmara de Ensino Superior do Conselho Estadual de Educação.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação da Indicação nº 95/2014, que sugere o nome da Sra. Lana Mara de Castro Siman ao cargo de Conselheira na Câmara de Ensino Superior do Conselho Estadual de Educação.

Sala das Comissões, 24 de setembro de 2014.

Maria Tereza Lara, presidente - Rosângela Reis, relatora - João Leite.

**CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO****CORRESPONDÊNCIA**

O 1º-secretário despachou, em 23/9/2014, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Da Sra. Anne Floriane da Escóssia Lima, secretária-geral da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.014/2012, da Comissão do Trabalho.

Do Sr. Bruno Selmi Dei Falci, presidente da CDL-BH (2), apresentando posicionamento dessa entidade contrário à aprovação dos Projetos de Lei nºs 4.804 e 4.824/2013. (- Anexem-se aos referidos projetos de lei.)

Do Cel. PM Marco Antônio Badaró Bianchini (2), chefe da Assessoria Institucional da PMMG, prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 6.828/2013, da deputada Liza Prado, e 7.732/2014, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil (2), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 3.380/2012, da Comissão de Meio Ambiente, e 5.390/2013, da Comissão de Direitos Humanos.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 22/9/2014, o Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:



Gabinete do Deputado Tadeu Martins Leite

exonerando Sérgio Filipe Froes Amaral Ferreira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;
nomeando Everton Fernandes Ribeiro dos Santos para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 4 horas.